

Para além da deficiência como uma identidade: a afirmação da diferença a partir dos modos singulares do ser

Beyond disability as an identity: the affirmation of difference based on singular ways of being

Carlos Henrique MACHADO
FLUP/Universidade do Porto - PT.
E-mail: petrus166@gmail.com

Resumo:

O presente artigo se propõe a desfazer as formas de hierarquização dos diversos modos de existir no mundo, restituindo a dignidade ontológica de seres que se afastam de um padrão majoritário que se afirmou como modelo de normalidade. A partir daí, caberia desfazer os critérios que constituem a deficiência como um impedimento que pode obstruir a participação na sociedade, uma vez que o que realmente obstrui é tomar os diferentes modos de vida como um padrão desejável. Dessa forma, pretendemos discutir as reivindicações identitárias e o perigo de que elas se formem a partir do ponto de vista da normalidade. Com a problematização do conceito de diferença, veremos como é possível desmontar os esquemas reprodutores que consolidaram os matizes da anormalidade com base em critérios que definem o normal e eficiente. Objetivamos, dessa maneira, desvelar novas formas de experimentar a realidade, sentir o corpo, afirmar a diferença e resistir às formas de sujeição, na fruição antiprodutiva do desejo que desarranja o plano de organização das sociedades e suas formas de reprodução: o normal e o padrão.

Palavras-chave: deficiência; identidade; diferença; padrão; anormalidade.

Abstract:

This article proposes to undo the forms of hierarchization of the different ways of existing in the world, restoring the ontological dignity of beings that move away from a majority standard that has asserted itself as a model of normality. From there, it would be necessary to undo the criteria that constitute disability as an impediment that can obstruct participation in society, since what really obstructs is taking different ways of life as a desirable standard. In this way, we intend to discuss identity claims and the danger that they are formed from the point of view of normality. By problematizing the concept of difference, we will see how it is possible to dismantle the reproductive schemes that consolidate the

nuances of abnormality based on criteria that define normal and efficient. In this way, we aim to unveil new ways of experiencing reality, feeling the body, affirming difference and resisting forms of subjection, in the anti-productive fruition of desire that disrupts the organizational plan of societies and their forms of reproduction: the normal and the standard.

Keywords: disability; identity; difference; standard; abnormality.

Introdução

Uma nuvem esplêndida numa bela tarde ensolarada não tem mais realidade ontológica do que uma névoa rosada levada pelo vento. Ambas insistem em seu ser para impor seu modo de existência. Tudo o que existe, existe ao seu modo, que é maneira de existir de um ser em determinado plano. Tudo que existe se coloca a partir de sua perfeição própria, exibindo a completude de seu ser. Existir de uma maneira determinada é existir por completo, sem que nada falte ou sobre, revelando a exata medida de cada ser. A existência não admite grau, tudo que existe possui seu modo de ser incomparável e completo, sendo a efetuação de uma potência a qual se atualiza na posse efetiva de sua presença que se esboça e insiste em seu ser. Quando deixadas a si mesmas, as coisas simplesmente são o resultado de uma tendência que as fazem ser de uma maneira e não de outra, não sendo mais do que aquilo que se insinua e que prevalece no fim das contas. Toda existência é tão perfeita quanto pode ser, não existindo hierarquia entre todas as coisas que existem. Assim, não podemos dizer que uma existência é mais perfeita que outra, nem seria apropriado aqui tomar um tipo de existência como padrão e valorar todas aquelas que deste padrão se afastam ou se aproximam.

A trajetória das espécies no mundo dos seres vivos é marcada por um processo de seleção que constituiu modos específicos associados a um critério de pertencimento a certos grupos que se distinguem entre si. A espécie compreende um conjunto de indivíduos que se aproximam a partir da semelhança de seus modos de ser e que, a partir daí, vão determinando um padrão em relação ao qual as existências se aproximam ou se afastam. Quanto mais próximo desse padrão, mais apta está essa existência a perpetuar a espécie a que pertence. As espécies se estruturam em torno da constituição de agrupamentos de semelhanças estruturais e funcionais recíprocas. Um processo de seleção tomou curso, ao longo da reprodução de espécimes distintas, enquanto os grupos foram se formando a partir dos padrões constitutivos dos elementos necessários para que cada grupo pudesse sobreviver. Os indivíduos com características favoráveis à perpetuação de cada espécie, então, prevaleceram sobre os demais nos diversos ambientes em que se viam lançados.

O homem-que-nós-somos¹ passou a se distinguir das demais espécies por suas características comuns, sendo a principal delas a capacidade de significar o mundo à sua volta. A história dos seres ditos por si mesmo humanos é a história dos significados produzidos por uma espécie que se distinguiu das demais pela capacidade de organizar o tempo de sua ação de significar a realidade à sua volta. Dizendo o mundo ao seu redor, a espécie humana foi capaz de interferir nele com o intuito de o tornar mais favorável, compensando determinadas desvantagens com o uso da atividade racional para solucionar os problemas, constituindo, deste modo, a história de sua atividade evolutiva. Se um tipo de seleção foi responsável por fazer prosperar indivíduos com características mais adaptadas ao ambiente no qual prevaleciam, os critérios racionais passaram a definir aquilo que seria desejável ou não diante da organização dos diferentes grupos humanos. A partir daí foram sendo instituídos gabaritos de humanidade que visavam avaliar o pertencimento a esta espécie, conferindo dignidade ontológica àqueles indivíduos que se aproximassem de um padrão majoritário medido por esses gabaritos.

Ao longo da história dos seres da linguagem, toda perda ou disfunção de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gerasse alteração no desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal era considerada como um obstáculo à luta pela sobrevivência e à perpetuação da espécie. Quer fosse oriunda de uma condição adquirida, quer se referisse a disfunções originárias no nascimento, isto era visto como um infortúnio, em especial numa civilização em que os indivíduos dependiam exclusivamente da caça e da coleta, podendo, nessa condição, causar um prejuízo à totalidade do grupo. Tal postura surge da racionalização das condições de existências desejáveis sob a perspectiva da perpetuação da espécie e se reproduz em práticas que privilegiam a produtividade orgânica das estruturas sociais. Assim, a evolução das espécies humanas se deu na dimensão de uma seleção que não só se apoiava em fatores naturais, mas também tinha um componente atrelado às práticas de privilegiar os estados capazes de produzir um trabalho útil e eficiente ao grupo.

Desse modo, faz-se necessário entender que toda definição de deficiência em relação a um padrão hegemônico deixa de ser uma disposição detectável e explicável como um fato, para ser a manifestação de um apego a um valor desejável de uma ordem. Haveríamos, então, de encontrar a dimensão onde a afirmação de modos de vida singulares não fosse confundida com a necessidade de se conformar aos

¹ Homem-que-nós-somos é uma expressão cunhada por Fernand Deligny (1913-1996) para definir a imagem formada por milênios de domesticação simbólica e que define um padrão criado pela cultura e pela linguagem. De saída a expressão é uma crítica ao modo como a linguagem e a cultura moldaram um padrão subjetivo e um modelo de humanidade que deixou de fora uma série de indivíduos que não se conformam a ele. O que Deligny pretende é reinscrever o humano fora do espectro do sujeito e da linguagem, dando conta dos indivíduos autistas com os quais conviveu em Cévennes, vacantes da linguagem, mas aos quais a humanidade não pode ser negada

padrões dominantes, mas que implicasse numa abertura para novas formas de se estar no mundo. Como nos afirma Peter Pál Pelbart:

Em vez de sacrificar a positividade existencial de “populações inteiras de seres” no altar de uma Verdade, seria o caso de multiplicar o mundo a fim de acolhê-las – de onde o esforço em mobilizar conceitos diversos para garantir a pluralidade e distinção entre os modos de existência, sem deles fazer etapas de um único processo evolutivo, universal. Ademais, em vez de perguntar “Isso existe?” e “De que modo?”, caberia saber se pode existir “um pouco, ou muito, passionalmente, de modo algum”, em gradações diversas. Por exemplo, existir como possível, em potência, ou prestes a emergir ao lado do atual, ou existir balbuciantemente abaixo de um limiar de integridade – quantas maneiras distintas de existir (Pelbart, 2014, p. 252).

Deficiência ou diferença?

Segundo Georges Canguilhem (1904-1995), no seu livro *O Normal e o Patológico*, existe uma infinidade de possibilidades fisiológicas e contextuais no processo da vida, em que estabelecer uma norma para que se possa afirmar a existência de saúde ou doença apenas transforma estes conceitos em um tipo de ideal. Toda diferença, assim, tende a ser normativa, à medida que constitui um modo próprio de existir. Já o princípio da identidade está no centro da formação de um padrão que passa a ser a medida perfeita daquilo que a ele se adequa. Quer em relação ao funcionamento de um gene ou órgão em relação ao organismo, quer em relação a um comportamento de um indivíduo em relação à sociedade, os padrões respondem a uma função eficiente a partir da qual a diferença tende a ser tratada como um desvio. Longe disso, afirmar a diferença como um conjunto de todas as possibilidades desvirtua as constituições dominantes, a partir de modos de ser que escapam aos padrões preestabelecidos, transbordam a normalidade, desorientam os modos de existências e os comportamentos instituídos.

A diferença produz modos de existência que não se confundem com os sentidos e significados adotados como regras universais. A afirmação de formas de vida singulares passa pela abertura a um meio onde surjam encontros não determinados. Encontros de corpos, ações, paixões, afetos e as expressões mais legítimas desses encontros, liberando a diferença dos esquemas comparativos a serviço da eficiência de um modelo hegemônico. Lidar com a diferença é lidar com o universo no máximo de sua energia potencial, na perspectiva de fazer irromper sempre mundos inimagináveis, novas articulação de sentidos, de corpos, de olhares, de movimentos e de expressões; novos encontros que fazem fugir das formas padronizadas um elemento subversivo que afirma a novidade. O elemento subversivo da diferença não pode ser reduzido a uma categoria identitária que a classifique como falta ou deficiência a partir das estruturas majoritárias. Ele deve provocar a desorientação dos esquemas de submissão, normalização, controle e reprodução, produzindo novas formas de se mover, pensar, enxergar, falar e ouvir.

Não cabe aqui um olhar que se forme com base no ponto de vista da normalidade e que invista suas energias na tentativa de aceitar a diferença como uma limitação acomodada no seio do espaço comum. Temos de desmontar os esquemas reprodutores que consolidaram os matizes da anormalidade como defeito ou deficiência, a partir de critérios que definem o normal e eficiente. A normalização das características com base nas quais se julga o diferente é uma construção que se consolidou ao longo da história dos embates das forças no mundo, construção orgânica, social, política e econômica, e visa afastar os ruídos que ameaçam atrapalhar a harmonia de um corpo funcional; espaço disposto de forma ordenada, definida e produtiva, fruto da manifestação de apego a algum valor. Espera-se, então, que os estados fisiológicos se desdobrem a começar de papéis já previstos na atuação de um conjunto normal de um estado pressuposto.

Definir o anormal por meio do que é de mais ou de menos é reconhecer o caráter normativo do estado dito normal. Esse estado normal ou fisiológico deixa de ser apenas uma disposição detectável e explicável como um fato para ser a manifestação do apego a algum valor (Canguilhem, 2009, p. 20).

O ser diferente não é ser diferente de um oposto. Ser diferente é diferir em relação a si mesmo, numa defasagem que não para de se abrir a todas as possibilidades. Diferir é poder dizer sim à singularidade que define a dessemelhança. Sem negação, a diferença não vai em direção à oposição ou à contradição, pois não está subordinada ao idêntico. Ela destitui a própria identidade da coisa, liberando uma potência de seleção do novo nos seus encontros com inesgotáveis transformações de um ser sempre recriado. Para capturar tal potência, precisamos sair da ordem das leis que determina a semelhança dos indivíduos que estão a ela determinados e sua equivalência aos termos que ela determina. Sair do ponto de vista da normalidade a partir do qual uma certa diferença é tida como deficiência nos leva a pensar a diferença como princípio de produção do novo, sem situá-la como marginal em relação a um centro, mas como uma dobra que está no liame, na fronteira e no interstício. A diferença sempre diferindo, saltando de um lado a outro sem que se possa fixar seu lugar.

(...) é preciso que a diferença se torne o elemento, a última unidade, que ela remeta, pois, para outras diferenças que nunca a identificam, mas a diferenciam. É preciso que cada termo de uma série, sendo já diferença, seja colocado numa relação variável com outros termos e constitua, assim, outras séries desprovidas de centro e de convergência. É preciso afirmar a divergência e o descentramento na própria série. Cada coisa, cada ser deve ser a sua própria identidade absorvida na diferença, cada qual sendo apenas uma diferença entre as diferenças. É preciso mostrar a diferença diferindo (Deleuze, 1988, p. 107).

Se os limites da identidade instituem uma média padrão para o funcionamento do normal, a diferença é a desmedida do ser. Trata-se, então, de desfazer o sentido da normalidade a partir de categorias que subvertam as constituições dominantes cujas formas de expressão relegam a diferença ao negativo, à falta, à ausência, à normalidade e à deficiência. Não caberia, então, hierarquizar as identidades e as diferenças a partir da normalização de modos de ser tidos como um padrão a ser observado, tendo uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual será avaliado tudo que dessa identidade difere. Há de se desarticular os estratos que constituem os padrões majoritários de existir com base em existências singulares que tragam a marca da diferença em seus modos de existir. A diferença compõe um devir minoritário e desviante, a partir de interruptores que se permitem escapar do controle. O escapar do controle está vinculado à conjuração das apropriações identitária e suas formas de fixá-lo como um padrão, abrindo espaço a tempos próprios, a habilidades específicas e a ritmos singulares.

Ao nos depararmos com a impossibilidade de um ouvido capturar as ondas sonoras, de uma boca produzir palavras, dos olhos refletirem as imagens no fundo da retina, de um neurônio produzir certas sinapses, de um corpo caminhar sobre suas pernas ou de seus membros se moverem a cada comando específico do cérebro, isso não significa sua deficiência, mas deve permitir sim um novo modo de articulação entre as formas de conteúdo dentro dos agenciamentos maquínicos dos corpos². Expressar o mundo através dessas novas formas é mais do que se valer dos expressos codificados a partir de um padrão dominante, pois é antes de tudo deixar ouvir, ver, falar e se mover a partir da singularidade de cada corpo, deixando que eles efetuem as operações que lhes são próprias e que possam secretar novos significados para a vida. Essas expressões singulares contrastam com as formas de enunciado de um padrão hegemônico de existir, que é, justamente, a partir das quais são produzidos os discursos sobre a normalidade e sobre a deficiência, não se tratando de fatos biológicos, mas de formas de enunciados que agem nos corpos, produzindo neles seus códigos discursivos. Tratar-se-ia, então, de subverter esses códigos, liberando novas expressões que sejam resultado do rearranjo de corpos dissidentes e da sua enunciação, em que a diferença haja como um vetor da produção de novos agenciamentos. Pois, como dizia Carlos Skliar:

² As formas de conteúdo e as formas de expressão, segundo Deleuze e Guattari, seriam as respectivas produções dos agenciamentos maquínicos de corpos e dos agenciamentos coletivos de enunciação. Enquanto os agenciamentos maquínicos de corpos compreendem a mistura de corpos reagindo uns sobre os outros, de outro lado os agenciamentos coletivos de enunciação seriam o conjunto de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Os agenciamentos inter-relacionam-se a partir de uma intervenção recíproca à medida que vão produzindo as formas individuadas. Suas linhas articulam corpos e produzem territórios que circunscrevem espaços de significação onde são constituídos os modos de ser do indivíduo no mundo. Os agenciamentos são acontecimentos que incidem tanto na dimensão das modificações corporais quanto nas transformações incorporais dos regimes coletivos de enunciação, efetuando, assim, os limites do que pode ser sentido, movido, dito ou pensado.

A presunção de que a deficiência é, simplesmente, um fato biológico e que apresenta características universais deveria ser, mais uma vez, problematizada epistemologicamente: compreender o discurso da deficiência, para logo depois revelar que o objeto desse discurso não é a pessoa que está em uma cadeira de rodas ou aquela que usa uma prótese auditiva, ou aquela que não aprende segundo o ritmo e a forma como a norma espera, senão os processos históricos, culturais, sociais e econômicos que regulam e controlam a maneira pela qual são pensados e inventados os corpos, as mentes, a linguagem, a sexualidade dos outros. Para expressá-lo ainda de forma mais contundente: a deficiência não é uma questão biológica, mas uma retórica cultural. A deficiência não é um problema dos deficientes e/ou de suas famílias e/ou dos especialistas. A deficiência está relacionada à ideia mesma de normalidade e à sua historicidade. (Skliar, 2003, p.158).

Caberia, aqui, o questionamento da verdade absoluta da referência normal como aquilo que cala a desordem causada pela presença da multiplicidade da diferença. O normal não é um fato, mas sim uma construção valorativa que agrupa a partir de uma medida padrão e exclui, por essa mesma medida, tudo aquilo que escapa e que não se conforma à sua extensão. A alteridade da diferença é confrontada com práticas que a transformam em defeito, limitação ou deficiência, sendo então tratada pelos dispositivos de regulação e controle da normalidade na construção de identidades que possam ser nomeadas de forma a possibilitar sua representação nos estratos do plano de organização. Tal plano trabalha por intermédio da seleção e da ordenação das forças que agem no seu interior, a partir de formações estratificadas nas quais atuam dispositivos de um diagrama que as estabiliza e as fixa. A estabilização das forças e suas disparidades originárias em um plano determinado de organização estrutura os códigos que garantem seu funcionamento por meio da padronização que visa a um trabalho útil para a preservação da espécie.

Segundo Deleuze e Guattari, os agenciamentos são estratificados no plano de organização que os estabilizam. Contudo, ao mesmo tempo, eles possuiriam picos de desterritorialização que os impelem, aberturas que permitam que sejam criadas e recriadas em suas estruturas novas relações ainda desconhecidas, “inventando um devir específico, autônomo e imprevisível” (Deleuze; Guattari, 1995, p.45). É por meio dos estratos que os agenciamentos são estabilizados no plano de organização, através de dispositivos que estratificam as linhas em modelos dominantes em relação aos demais. Os modelos vão estratificar os corpos, selecionando os padrões de seu funcionamento. Os corpos, por sua vez, inscrevem na sua relação com o modelo um resultado economicamente satisfatório, distribuindo-o através de um organismo. “O organismo não é o corpo, mas um estrato, quer dizer um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil” (Deleuze; Guattari, 1996, p.20). No plano de organização, os corpos são disciplinados, os órgãos são instituídos de funções específicas à produção em relação às finalidades determinadas.

Aí, para mais uma vez apagar a instabilidade, as fraturas da identidade, o olhar-Mesmo inventa sua normalidade traduzindo esses meios-humanos-intraduzíveis em anormal-outro, em deficiente-outro, tornando-os, de alguma forma, classificáveis e, por conseguinte, mais digeríveis à fome da norma, mais próximos da ordem (Wiacek,2004, p. 94).

Interessa-nos aqui esses “meios-humanos-intraduzíveis”, na medida em que, com base em suas expressões, se pode escapar do controle. Se tomarmos os meios como espaços que acolhem as tendências de cada uma das coisas neles misturadas, o que temos é o modo como cada coisa expressa sua tendência que a fará se constituir desta ou daquela forma, afirmando-se independente de qualquer finalidade. Se tomarmos um corpo qualquer como um organismo onde os órgãos se apresentam como meios direcionados para uma finalidade específica, a exemplo do pulmão, que captura o ar, ou o coração, que bombeia o sangue em função de uma finalidade traduzida na respiração ou na circulação, vemos que os meios em si já se encontram determinados pelos fins do organismo. Diferentemente, caso tomemos os corpos como meios que acolhem tendências, o pulmão e o coração não mais se constituiriam como meios determinados pela respiração ou pela circulação, mas como meios onde a multiplicidade de pequenas estruturas, a dos alvéolos, insinuam-se em face da rede de pequenos capilares sanguíneos, como tendência de ambos para difundir moléculas de oxigênio e dióxido de carbono que permitem a troca de gases distintos. Transfere-se, assim, a ênfase das finalidades para o meio onde se efetuam as tendências dos alvéolos, dos capilares sanguíneos e dos gases. A consequência é, portanto, a compreensão de que os meios diferem não por qualquer causa ou finalidade exterior, mas pela multiplicidade daquilo que neles são insinuados.

Se no corpo os órgãos se liberam das funções do organismo e assumem determinações singulares como expressão de suas potências que mantêm uma incompatibilidade original, esse corpo será sempre uma experimentação, uma vez que nele os órgãos não mais desempenham funções, mas viabilizam encontros inusitados. Chegaríamos, então, àquilo que Deleuze e Guattari denominaram de um corpo sem órgãos, não pela ausência dos órgãos, mas pela insubmissão à ordem do organismo a partir de suas funções determinadas. O que teríamos como resultado seria um corpo aberto a conexões, circuitos, conjunções, superposições e limiares que se descolam de uma realidade dominante e majoritária comandada pelo organismo. Para além das organizações dominantes e hierarquizadas que formulam a noção de deficiência, temos um campo em que se constitui um corpo sem órgãos a partir das diferenças que não se adequam a um modelo padrão e majoritário. Corpos estilhaçados, desmesurados e constituídos de resoluções sobre as quais não se coloca nenhuma forma que sedimenta, organiza e lhe impõe funções. “Será tão triste suportar os olhos para ver, os pulmões para respirar, a boca para engolir, a língua para

falar, o cérebro para pensar, o ânus e a laringe, a cabeça e as pernas? Por que não caminhar com a cabeça, cantar com o sinus, ver com a pele, respirar com o ventre” (Deleuze; Guattari, 1996, p.11).

Identidade e diferença

Para os americanos branco é branco, preto é preto
(E a mulata não é a tal)
Bicha é bicha, macho é macho,
Mulher é mulher e dinheiro é dinheiro
E assim ganham-se, barganham-se, perdem-se
Concedem-se, conquistam-se direitos
Enquanto aqui embaixo a indefinição é o regime
E dançamos com uma graça cujo segredo
Nem eu mesmo sei
Entre a delícia e a desgraça
Entre o monstruoso e o sublime
Americanos não são americanos
São velhos homens humanos
Chegando, passando, atravessando.
(Caetano Veloso)

Aquilo que está posto de modo fora da norma conta com reações que vão desde a exclusão explícita, passando por ações assistenciais e por conecções piedosas ou mesmo por lutas que pretendem criar um sujeito de direito que dê conta de afirmar sua identidade. Quando se trata, contudo, de garantir o acesso de indivíduos que não se conformam a um padrão majoritário de existir aos aspectos fundamentais da vida, tais como trabalho, educação, habitação e lazer, o termo “pessoa com deficiência” assume uma dimensão de luta política que visa incluir a diferença no jogo cotidiano da vida. Compreende-se, então, a formatação de uma determinada identidade que passa a figurar em termos de legislação, em termos de mobilização governamental e civil e em termos de um discurso afirmativo de reivindicações diversas. Quando se pretende dar visibilidade a um grupo que foi excluído do processo de construção das sociedades humanas, a identidade agrupa em torno de suas expressões uma aura de representatividade que serve a fins específicos.

A questão, contudo, é pensar como a demarcação desse espaço identitário acaba reforçando o discurso da normalidade que atrai tudo para um centro a partir do qual se lançam as medidas que conformam a diferença à retórica normal, à retórica da mesmidade e à retórica hegemônica de “um nome mal vindo que faz pensar no mesmo, lá onde não há senão diferença” (Scherer, 1999, p. 136). Passa-se, então, com uma apropriação que retira o potencial subversivo, uma vez que acomodam nas estruturas da normalidade as forças díspares no máximo de sua energia potencial, confinando-as num espaço de controle em que a mesmidade faz o seu papel estabilizador. Se as questões de identidade, em especial aquelas ligadas ao gênero, raça, etnia e a das pessoas com deficiência, demarcam um espaço de legítima reivindicação e agrupam em torno delas minorias que se aproximam pela forma como foram excluídas dos processos civilizatórios, deve-se ter cuidado para que os princípios que regem a identidade não se apropriem das forças subversivas que regem a diferença. Se a diferença é responsável pela constituição do máximo de energia potencial, a inscrição da identidade é resultante da estabilização do campo das potências díspares. Os dispositivos de controle dos estratos que estabilizam as forças em devir inscrevem a identidade no plano de organização de forma a livrarem-se do incômodo da diferença e da instabilidade que ameaça a sua preservação.

O cuidado que se deve ter ao lidar com as reivindicações identitárias passa pela necessidade de evitar que se capture a diferença para o lugar que é do mesmo. A diferença deve permanecer para além dos limites, como algo “que não é nada mais que sua reticência em relação às convenções da comunicação corrente, sobre as quais a ordem social se fundamenta” (Scherer, 1999, p. 138). Só aí ela é potente em operar as transformações de novos estados de ser. Ela opera num equilíbrio metaestável³, onde as forças agem no máximo de sua energia potencial e onde o ser mantém a incompatibilidade original de sua defasagem. Só assim será possível processar todas as “atrações, repulsões, as simpatias e as antipatias, as alterações, as alianças, as penetrações e a expansões que afetam os corpos de todos os tipos, uns em relações aos outros” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 27). Trata-se de uma produção ilimitada de diferença que são devires incontroláveis. Já a identidade age a partir da limitação das variações, permitindo que cada uma delas possa ser marcada com um sinal que permita que sejam identificadas. Por causa disso, a identidade age a partir de centros dotados de estabilidade que alinham as linhas divergentes e fixam um

³ O equilíbrio estável corresponde ao mais baixo nível de energia possível, quando todas as transformações possíveis já foram realizadas e os potenciais já foram atualizados, repartindo os potenciais em tais ou quais limites. Já o equilíbrio metaestável se caracteriza pelo máximo de energia potencial onde forças livres e não relacionadas coexistem como um conjunto de possibilidade de diferentes combinações, no jogo que constitui uma completa imprevisibilidade.

padrão. Ela encerra as potências díspares em um recinto fechado onde o mesmo preside a seleção do que se atualiza enquanto determinação estável.

(...) a questão é que, para toda a alteridade que não se pode traduzir no Mesmo da razão, no Mesmo do corpo que ouve, no Mesmo do corpo que enxerga, no Mesmo do branco, no Mesmo do ocidente, no Mesmo do heterossexual, no Mesmo do adulto etc., só é possível existir neste cenário de interioridade ou exterioridade. Ou se está dentro deste cenário — desta espacialidade em que o Mesmo é o centro e do qual, a partir dele, panopticamente, tudo é olhado e determinado — ou se está fora, na sua margem, na sua periferia. Este único cenário que conduz a pensar apenas em termos de inclusão/exclusão produz uma localização, no mínimo, arrogante, para não dizer perversa: nesta oposição dentro/fora, como aponta Derrida, a positividade está no “dentro” que, por sua vez, é o lugar (natural) da mesmidade. Portanto, se, por um lado, e por oposição, estar no “fora” /excluído significa a negatividade, ao mesmo tempo, a inclusão do outro implica a sua captura para o lugar que é inerentemente do Mesmo, da sua ordem, da sua forma de existir (Wiacek, 2004, p. 55 e 56).

A diferença não pode se deixar apoderar pela norma do mesmo. Ela deve abrir um campo de possibilidades em que novos modos de vida podem se fazer. Neles as potências díspares que coexistem em um estado de tensão formam um complexo problemático cuja resolução não obedece a nenhum modelo. Enquanto a identidade se constitui sob determinações rebatidas sobre o plano de organização formando uma unidade em torno de diversos elementos que se ligam para formar um organismo em seu regime de totalização, a diferença desarticula o organismo com base na manifestação de corpos liberados de seus limites e desviados dos seus fins, a partir da força explosiva que a vida traz em si. A identidade não deve presidir a relação de forças nos corpos que expressam sua diferença, representando os limites de reconhecimento de elementos comuns reunidos em torno de um centro de competências fundamentais. É preciso que cada competência seja colocada numa relação variável com as demais, constituindo, assim, outras séries desprovidas de centro e de convergência, desfazendo a estabilidade do idêntico, do padrão e do dominante que fixa as medidas do que permanece o mesmo.

Para tanto, é preciso que a alteridade inveje a mesmidade, relute todas as vezes que sua existência-outra teimar em ser inclassificável ou insistir em ficar na fronteira (onde a mesmidade não pode distinguir se o outro está dentro ou se está fora). É preciso, sobretudo, reinventar regimes de saber/poder que referendem a possibilidade unânime da normalidade (Wiacek, 2004, p. 56).

A busca de identidade como forma de luta surge do enfraquecimento do compromisso político coletivo que tem lugar em uma sociedade que procura reproduzir o seu padrão e vai deixando pelo caminho tudo aquilo que não se coaduna com ele. Os indivíduos excluídos do jogo da vida exprimem seus afetos no intuito de uma demarcação identitária e um clamor por seu reconhecimentos. Assim, deve-se ter cuidado ao se questionar as bases identitárias, dadas as circunstâncias que as produzem e os efeitos que elas geram. Contudo, não se pode perder a perspectiva de questionar a redução da diferença à

identidade em face das consequências deste ato, que assume o aspecto de uma regressão normalizadora. A questão se relaciona com a reivindicação ontológica da diferença com base em estados provisórios do ser. O ser como devir e não como identidade se coloca a partir de uma defasagem que se caracteriza pela provisoriedade dos estados desse ser que não para de se afastar de si. Alcançar essa dimensão provisória se faz necessário caso se queira escapar de qualquer tipo de designação identitária sem que se corra o risco de esmaecer o brilho de uma reivindicação emancipatória legítima. Um ser provisório carrega todas as possibilidades de um processo que se abre a um contínuo movimento de atualização, sem que se tenha o princípio de um estado estacionário e idêntico a si mesmo, pois, como observaram Judith Butler e Paul Preciado:

A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade, é necessário admitir a ambiguidade. A identidade pode muitas vezes ser vital para enfrentar uma situação de opressão, mas seria um erro utilizá-la para evitar enfrentar a complexidade. Você não pode saturar a vida com identidade (Butler; Preciado, 2018, p. 4)

Deleuze nos fala dos aspectos que submetem a diferença às ilusões da representação, afirmando a necessidade de desfazer essa submissão para se poder pensar a diferença em si mesma. Tal subordinação se faz pela necessidade de que a representação conquiste o obscuro, que compreenda o esvanecimento, que capte a potência do atordoamento e da embriaguez da diferença. A representação tem a necessidade de um mundo convergente e monocentrado, uma vez que não consegue dar conta de afirmar a divergência e o descentramento. A razão como fundamento da representação é um meio de levar o idêntico a reinar sobre o próprio infinito e de fazer com que o infinito seja penetrado pela continuidade de semelhança, pela relação de analogia e pela oposição de predicados. Sua exigência, conforme observa Deleuze:

(...) consiste em fixar, para a diferença, um momento feliz, nem grande demais nem pequeno demais, entre o excesso e a deficiência, mas a exigência aparentemente contrária da representação infinita, que pretende integrar o infinitamente grande e o infinitamente pequeno da diferença. O próprio excesso e a própria deficiência. (Deleuze, 1988, p. 418).

As alternativas da representação só exprimem suas marcas em relação a uma identidade sempre dominante, dando conta das oscilações do idêntico em relação a uma matéria sempre rebelde cujo excesso ou falta ela ora rejeita ora integra. A representação funda o mesmo a partir do qual a diferença é encerrada nos limites que circunscrevem as oposições e semelhanças. Identificar é manter a diferença dentro dos limites onde ela não é capaz de desfazer os traços de pertencimento que fixam uma identidade. Subordinar a diferença à identidade é manter junto tudo que se afirma como um mesmo que irá representar esse

conjunto definido em todas as suas variações e, a partir daí, poder acomodá-las nos seio de uma representação determinada. Independentemente daquilo que se represente, a diferença na representação fica limitada ao grau de variação comportado nas formas identitárias. Essa limitação da representação, expressa nas lutas minoritárias a partir das chaves identitárias, encurrala os movimentos reivindicatórios em limites em que a diferença deixa de agir no sentido de promover a desarticulação de padrões hegemônicos. Tratar-se-ia aqui de promover um desfazimento das estruturas representativas com base em um clamor que resista a partir das expressões da diferença, liberando devires minoritários capazes de dissolver toda e qualquer hierarquia. Assim, diante das implicações de trazer a diferença para a cena dos movimentos reivindicatórios, faz-se necessário questionar o primado da identidade enquanto paradigma fundamental para a luta política. Como afirmava Deleuze, haveria de se “encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal qual já não seja possível distinguir-se de uma mulher, de um animal ou de uma molécula” (Deleuze, 1997, p. 11). Seria desfeita aqui, portanto, a verticalidade em que se erige o significante mestre da identidade, para se encontrar a horizontalidade da região dos signos a-significantes da diferença.

Imagem a seguinte taxinomia:

Os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhamos com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) etcetera, m) que acabam de quebrar a bolha, n) que de longe parecem moscas (Borges, 2007, p.76).

Numa taxinomia insólita, Borges rompe com a ideia tradicional de classificação em que a semelhança é tida como um princípio fundamental de ordenação. A taxinomia de Borges funciona como provocação aos modos de se estabelecer um sentido preciso e ao conteúdo determinável da semelhança. O que faz dela um absurdo não é a extravagância de encontros insólitos, mas a impossibilidade da repartição de coisas enumeradas, desfazendo a possibilidade de agrupamentos classificatórios e o sentido das identidades que os sustentam. É retirado, assim, o fundamento sobre os quais os seres podem justapor-se, sendo impossível estabelecer parâmetros para qualquer tipo de classificação. As fronteiras da semelhança são diluídas e os seus limites redimensionados ao ponto de não se poder mais inserir os elementos em qualquer tipo de classe ou de categoria. Como nos diziam Deleuze e Guattari: "Sabemos que entre um homem e uma mulher passam muitos seres, que vêm de outro mundo, trazidos pelo vento, que fazem rizoma em torno das raízes, e não se deixam compreender em termos de produção, mas apenas de devir." (Deleuze; Guattari, 1997a, p.19). Trata-se de uma exterioridade selvagem que não pode ser

capturada por nenhuma medida que as torne inteligíveis, familiares, acessíveis ou controláveis, sem que se possa internalizá-las num só e mesmo quadro de referências identificáveis.

A resistência de se identificar, a partir de um conjunto de referências, longe de representar uma ameaça abre uma perspectiva de irreducibilidade de uma potência que se manifesta sem qualquer objetivo nem origem, sendo um caso de experimentação em vez de ser um universo passível de qualquer interpretação. Para além dos limites de uma identidade, escapa-se de um modelo e da sua localização em um tipo de relação que encerra um conjunto determinado para atribuir um estatuto ao todo inclassificável que se move sob um solo demarcado a priori. Esse inclassificável se constitui por todas as espécies de relações possíveis, transversais e reversíveis, não excluindo nenhuma variação que surja da relação de forças móveis que coexistem num equilíbrio metaestável. No prefácio ao livro de Guy Hocquenghem, *L'Après-Mai des Faunes* (1974), Deleuze vai criticar a questão identitária a partir do devir homossexual. Neste livro, Hocquenghem desloca a questão do reconhecimento pela identidade, afirmando que a homossexualidade não deva ser tomada como um nome que identifica algo qualquer e que, em vez de sujeitos homossexuais, se leve em conta produções homossexuais de desejo. Em lugar de se fechar sobre o mesmo, a homossexualidade deveria abrir-se a um leque de possíveis, recusando desta forma todo e qualquer fechamento da identidade. Deleuze propõe que se faça da homossexualidade uma linha de fuga que está sempre a estabelecer derivas incapazes de serem apreendidas por uma identidade.

Não se trata mais de ser homem ou mulher, mas de inventar sexos (...) Longe de se fechar na identidade de um sexo, essa homossexualidade se abre à uma perda de identidade, ao 'sistema em ato de ramificações não exclusivas do desejo múltívoco'. (...) não se trata mais absolutamente para o homossexual de se fazer reconhecer e de se colocar como sujeito provido de direitos (...) Trata-se, para o novo homossexual, de exigir ser assim, para enfim dizer: ninguém o é, isto não existe. Vocês nos chamam de homossexuais, de acordo, mas nós já estamos alhures. Não há mais sujeito homossexual, mas produções homossexuais de desejo e de agenciamentos homossexuais produtores de enunciados que enxameiam por toda parte, SM e travestis, nas relações de amor tanto quanto nas lutas políticas. (...) o desejo homossexual é específico, há enunciados homossexuais, mas a homossexualidade é nada, é tão-somente uma palavra, e, no entanto, levemos a palavra a sério, passemos necessariamente por ela para que restitua tudo o que ela contém de alteridade e que não é o inconsciente da psicanálise, mas a progressão de um devir sexual por vir (Deleuze, 2006, p. 360-362).

Conclusão

As reivindicações identitárias das pessoas com deficiência surgem como tentativas de as tornar parte das agendas políticas, sociais culturais e educativas, dando uma visibilidade às formas outras de se inserir no mundo que não se conformam com os padrões hegemônicos de existir. Luta-se, assim, contra a exclusão e por conta disso busca-se um lugar para a plena expressão de modos de vida singulares a

partir de uma identidade que dê visibilidade e que carregue a representatividade de grupos em condição de vulnerabilidade que buscam se inserir no jogo da existência. A perspectiva de identidades emancipatórias funcionando como um tipo de resistência à exclusão, contudo, carrega um problema que merece ser analisado. Na sua Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU) identifica as pessoas com deficiência como “aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (Organização Das Nações Unidas [ONU], 2006, art. 1º). Identificar a deficiência como um impedimento que pode obstruir a participação na sociedade retira da diferença sua principal potência, que é o conjunto de possibilidades que libera linhas de fuga as quais se lançam em todas as direções. O impedimento, assim, é tomado a partir da consideração de um padrão hegemônico em relação ao qual o corpo normal é constituído, fora do qual todo o resto é tido como anormalidade ou deficiência, quando o questionável deveria ser o modo como as sociedades estão estruturadas em torno de um modelo de eficiência. Como observa Canguilhem: “Retirem o impedimento e vocês obterão a norma” (Canguilhem, 2012, p. 198).

O corpo normal é o corpo do trabalho útil, o corpo que se adequa as medidas padrões de eficiência, o corpo que produz em prol do bom funcionamento do plano de organização. Nesse contexto, os corpos são tidos com base em um princípio de organicidade, em que os estratos sociais impõem formas, funções, organizações dominantes e hierarquizadas para lhes extrair um trabalho útil e eficiente. De acordo com os princípios que privilegiavam a produtividade do corpo e a ordem do organismo, as disfunções são conjuradas à medida que representam um desarranjo em um padrão de funcionamento. Numa conformação desejável, espera-se que os órgãos desempenhem seu papel a contento para que o corpo normal possa funcionar de forma satisfatória, de modo que toda interrupção nesta ordem de funcionamento deva ser tratada, reinscrevendo o órgão doente num conjunto sadio e eficiente. O encontro de corpos é então atravessado por um conjunto de enunciados que elaboram os princípios de uma normalidade a partir da padronização daquilo que é sadio e desejável e da indicação de tudo aquilo que perturba a ordem do organismo, que passa a ser descrito como uma doença a ser combatida, para que o corpo possa reassumir, dessa forma, suas funções normais. Considerar como impedimento qualquer desvio que comprometa a ação do corpo dentro do que se espera dele em relação aos padrões hegemônicos que regulam o seu funcionamento normal reforça as medidas de normalidade que desconsideram a diferença como fator disruptivo que traz no corpo as marcas do diverso, do imprevisível e da indeterminação. Para além do corpo normal, o que temos é o corpo pleno, que permanece aberto às derivas que o desvia da produção previsível e útil.

O corpo pleno é cheio de brechas por onde vazam as potências incontroláveis, desconhecidas e insubmissas que desarticulam o plano de organização em seus diferentes estratos. Ele é marcado por um diferir que será sempre um desvio dos caminhos da identidade a partir do conjunto de potências imprevisíveis de dispersão e de errância. Ao diferir, o corpo se abre a uma dimensão provisória que não para de se transformar, sempre retornando do zero, do ponto de emergências, pois nele nada está pronto. No corpo pleno atua a potência das forças díspares de um virtual como um nó de tendências que não para de se derramar como um sem-número de possibilidades ou um conjunto de relações diferenciais. Por causa disso ele rompe com o modelo-referência de um padrão majoritário, afirmando modos singulares que se abrem a um meio no qual se dão encontros inusitados de ações, paixões e afetos, liberando expressões que desvirtuam os esquemas a serviço dos modelos hegemônicos, pois fazem aparecer o inclassificável e o inapreensível às categorias da representação do mesmo que preside o estatuto do normal, uma ordem outra que não a ordem outra e mais provável e que por conta disso assusta e atemoriza. Como Canguilhem bem observa, a dificuldade de aceitar os desvios que fazem oscilar de um lado a outro de uma medida, forma ou modelo advém do temor à equivocidade.

Esse questionamento é imediato, por mais longa que tenha sido nossa confiança anterior, por mais sólido que tenha sido nosso hábito de ver a roseira-brava florir no roseiral, os girinos virarem rãs, as éguas amamentarem os potros e, de um modo geral, ver o mesmo engendrar o mesmo. Basta uma decepção dessa confiança, de um desvio morfológico, de uma aparência de equivocidade específica, para que um temor radical se apodere de nós (Canguilhem, 2012, p. 187).

Tratar-se-ia de buscar criar novas formas de experimentar a realidade, sentir o corpo, afirmar a diferença e resistir às formas de sujeição, na fruição antiprodutiva do desejo que desarranja o plano de organização. Provocar o encontro de corpos que possa produzir algo para além da homogeneização que reivindica a reprodução do mesmo, do normal e do padrão. Abrir espaços onde possa se afirmar a potência de forças que fogem em todas as direções e que vão formando uma rede de insubmissão, de contágio e de proliferação da diferença. A partir da identidade dissolvida, o corpo se abre à diferença em si que penetra todas as outras e se faz potente em afirmar aquilo que assusta, inquieta e que se rejeita como perturbador. Não há de se buscar adaptá-lo às normas de um mundo maior, mas sim deixá-lo subverter toda ordem a partir da sutileza de sua presença menor que reivindica um outro mundo. Se este mundo demora a vir, apressemo-nos, então, em produzir buracos nos muros que retêm os corpos desviantes excluídos e segregados em espaços onde eles se mantêm docilizados diante da tolerância dos homens-de-boa-vontade. Se os corpos não cabem no mundo, mude-se o mundo e faça dele um lugar comum a singularidades nômades e produtoras de sentidos díspares. Espalhe nele o germe da diferença

e fecunde nele sementes de uma plenitude transversal e clandestina que força os seus limites. Só assim poderão ser abolidos os títulos de cidadãos de segunda classe em face do rosto homogêneo do homem-que-nós-somos, para então se experimentar uma cidadania que produza encontros possíveis, fortuitos e não alinhados às identidades de qualquer tipo. De fato, como já afirmava Deleuze:

O problema nunca consistiu na natureza deste ou daquele grupo exclusivo, mas nas relações transversais em que os efeitos produzidos por tal ou qual coisa (homossexualismo, droga, etc.) sempre podem ser produzidos por outros meios. Contra os que pensam "eu sou isto, eu sou aquilo", e que pensam assim de uma maneira psicanalítica (referência à sua infância ou destino), é preciso pensar em termos incertos, improváveis: eu não sei o que sou, tantas buscas ou tentativas necessárias, não-narcísicas, não-edípicas – nenhuma bicha jamais poderá dizer com certeza "eu sou bicha". O problema não é ser isto ou aquilo no homem, mas antes o de um devir inumano, de um devir universal animal: não se tomar por um animal, mas desfazer a organização humana do corpo, atravessar tal ou qual zona de intensidade do corpo, cada um descobrindo as suas próprias zonas, e os grupos, as populações, as espécies que o habitam (Deleuze, 1992, p. 21).

Referências bibliográficas

BORGES, Jorge Luiz. *Outras inquisições*. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BUTLER, Judith; PRECIADO, Paul. A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade. Entrevista realizada por Ursula Del Aguila em novembro de 2008 para a revista francesa *Têtu* (n. 138). Tradução: Luiz Morando. Disponível em: <https://resistadotblog.wordpress.com/2018/05/08/a-vida-nao-e-a-identidade-a-vida-resiste-a-ideia-da-identidade/> (Acesso em 26.05.2024).

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CANGUILHEM, G. *O conhecimento da vida*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed 34, 1992.

DELEUZE, G. *Crítica e clínica*. São Paulo: Ed 34, 1997.

DELEUZE, G. *A ilha deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.2. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.3. São Paulo: Ed. 34, 1996.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

Organização Das Nações Unidas. (2006, 13 de Dezembro.). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Doc. A/61/611, Nova Iorque

PELBART, Peter Pál. *Por uma arte de instaurar modos de existências que “não existem”*. Catálogo da 31ª Bienal de São Paulo de 2014. p. 250-265.

SCHÉRER, Renê. *Delençe e a questão homossexual* – uma via platônica da verdade. Lugar Comum, 7, 1999, p. 135-163.

SKLIAR, Carlos. *Pedagogia (improvável) da diferença* – e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

WIACEK, Juslaine. *O fora do ar, o devir-outro. E, na mídia, a (d)eficiência em cena em mais um programa para normalizar a diferença*. 2004. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2004.



MACHADO, Carlos Henrique. Para além da deficiência como uma identidade: a afirmação da diferença a partir dos modos singulares do ser. *Kalagatos*, Fortaleza, vol.21, n.3, 2024, eK24065, p. 01-18.

Recebido: 08/2024

Aprovado: 09/2024